

Problematizando o controle civil sobre a violência¹

Ana Penido e Rodrigo Lentz

Há cerca de cinco anos, analistas do mundo todo consideravam a democracia brasileira como consolidada, algo que se expressava na “inequívoca” volta dos militares aos quartéis. Durante a tramitação do impeachment da presidenta Dilma Rousseff no Congresso, o equívoco permaneceu em razão do comportamento discreto/sorrateiro adotado pelo segmento militar diante da crise. Mesmo durante o governo Temer quando militares foram estabelecidos como os fiadores do governo, caso do General Etchegoyen que recebeu o Gabinete de Segurança Institucional reativado, a confiança no segmento castrense permaneceu, como se expressa na adesão unívoca à declaração do general Villas Bôas de que o Brasil parecia uma nau sem rumo.

Passados três anos de governo do capitão Bolsonaro e do general Mourão, marcados por profundas crises que devastam a nação – sanitária, econômica, política, ambiental, energética e moral – explicitou-se o comprometimento de segmentos armados com um projeto de poder. Em razão da constante ameaça autoritária capitaneada pelo governo, as perguntas transformaram-se. “Vai ter golpe? Ou um golpe dentro do golpe? Teremos eleições em 2022? Seus termos serão semelhantes às eleições de 2018? E se perderem a eleição, os militares aceitarão o resultado? O vencedor, se for civil, conseguirá tomar posse? Teremos um novo capitólio? Uma quartelada? Ou será tudo apenas retórica e flerte de lideranças isoladas e frágeis? Uma versão contemporânea da velha coerção como moeda política da instituição militar na disputa pelo poder no Brasil, sempre em níveis variados de cooperação com as elites oligárquicas?”

Em linhas gerais, o trauma da ditadura de segurança nacional (Lentz, 2021) e do terrorismo de Estado atormenta a inacabada e precária democracia brasileira, na esteira da crise das democracias liberais do século 21. Nesse emaranhado de incertezas, surgem diversas tentativas de explicação da problemática relação entre civis e militares. Neste texto,

¹ Este artigo é uma versão revisada do capítulo intitulado “Bolsonaro e governo Bolsonaro” do livro no prelo da editora Expressão Popular “República de segurança nacional: militares e política no Brasil”, de Rodrigo Lentz, 2021.

Relatório dos Direitos Humanos no Brasil

problematizam-se duas hipóteses de interpretação da relação entre militares e o atual governo: a primeira é o governo das milícias, narrada por Bruno Paes Manso (2020); a segunda, da ascensão do partido militar, articulada por diversos analistas. Considera-se essas explicações pertinentes e abrangentes, daí a necessidade de tencioná-las.

A relação das forças armadas e das “forças de segurança” com o governo é premente, visto que essas instituições cuidam das armas do Estado e estão historicamente associadas ao uso da violência dentro e fora da lei, no âmbito doméstico e internacional, para acessar ou se manter no poder. Um dos exemplos correntes da militarização do Estado é o número crescente de militares da ativa e da reserva ocupando postos em diversos ministérios do atual governo, com números que variam entre 6 e 12 mil cargos, conforme a fonte. Outra face da mesma moeda, a politização da caserna, pode ser mensurada nas candidaturas. Entre 2010 e 2020, mais de 25 mil militares e policiais concorreram a cargos eletivos, sendo 87% por partidos de direita; 1.860 foram eleitos.

Além das forças oficiais, há que se ter em mente as forças armadas ilegais, como as chamadas milícias, associadas a grupos de extermínio formados em sua maioria por agentes da segurança pública com atuação no mercado criminoso e que dominam territórios no estado do Rio de Janeiro, berço político da família Bolsonaro. Além disso, a política governamental de incentivo ao armamento da população dobrou o número de armas registradas em circulação – de 637 mil em 2017, para 1,2 milhão em 2021, segundo registros da Polícia Federal, órgão regulador. Já nos Clubes de Colecionadores, Atiradores desportivos e Colecionadores (CAC’s), regulados pelo Exército brasileiro, o número de armas registradas saltou de 225mil em 2019, para 496mil em 2020. Na capital do país, esse aumento foi de mais de 500% em menos de três anos - de 25mil em 2017, para 227mil em 2020.

O livro-reportagem República das Milícias descreve uma mentalidade miliciana que ascendeu politicamente, estabelecendo uma continuidade em movimento da lógica política dos “porões da ditadura”. Em síntese livre, o autor descreve a milícia como uma organização paramilitar, formada em sua maioria por policiais que “governam” determinados territórios pela imposição de uma ordem conservadora visando garantir segurança à população local. Em troca, são cobradas taxas de moradores e comerciantes, assim como variadas atividades econômicas ilegais são diretamente exploradas ou reguladas, buscando lucro individual. Por legitimidade, ações assistenciais e recreativas miram produzir consentimento à autoridade miliciana, exercida pela violência, sobretudo execuções, somente possíveis por sua

Relatório dos Direitos Humanos no Brasil

capilaridade no aparelho de Estado, tanto no Executivo quanto no Legislativo e no Judiciário, que garante impunidade.

Justificada na moral de uma guerra do bem contra o mal – encarnados em grande parte nos traficantes de drogas ilícitas (associados à esquerda) - as milícias passaram a fazer parte da economia criminal em franca expansão desde a década de 1980. Do tráfico de armas à venda de gás, um governo tirânico ligado aos esquadrões da morte e aos empresários dos jogos de azar teria expandido seu projeto político local em nível estadual e finalmente nacional, difundindo sua influência através das instituições do Estado – inclusive das Forças Armadas, das classes sociais e de outros estados nacionais. Eis a “Era Bolsonaro”: a república das milícias.

Uma primeira problematização necessária é a noção de milícia, em rápida mutação. Segundo Duarte (2009), é possível traçar cinco fases desses grupos armados irregulares:

i) 1ª fase - década de 1970, eram chamadas de “polícia mineira” e “grupos de extermínio”, formados por membros de forças de segurança, todos com treinamento militar e pertencentes a instituições do Estado, atuando como uma polícia informal de segurança pública;

ii) 2ª fase - década de 1990, essa “polícia mineira” passou a “proteger” os territórios da terceira fase de expansão das facções criminais no estado, baseada nas periferias urbanas e centrada no varejo de drogas ilegais nesses territórios ;

iii) 3º fase - a partir de 2006, com apoio aberto de agentes públicos, a “polícia mineira” passou a ser definida como “milícia”, atuando enquanto “grupos de autodefesa” de policiais e ex-policiais engajados na guerra às drogas, e esboçando um projeto político de representação institucional;

iv) 4º fase - entre 2008 e 2011, instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), presidida pelo deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL), que revelou uma extensa organização criminosa formada por policiais civis, militares estaduais (PM) e federais (FA), investigadas por uma força tarefa do Ministério Público e Polícia Civil. A coerção de parte do aparelho de Estado desmantelou os grupos milicianos mais poderosos e visíveis;

v) 5ª fase – a partir de 2011, os “sobreviventes” passaram a se orientar pela discrição, usando expedientes como o desaparecimento de corpos, sem abdicar do “projeto político”. Ocuparam territórios onde estão as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP’s), até então coordenadas pelo Comando Vermelho.

Relatório dos Direitos Humanos no Brasil

Em resumo, há consenso de que não existem milícias sem agentes do Estado e sem algum nível de representação política. Para além disso, começam as divergências.

Na leitura de Manso, as milícias estariam acima e contra a autoridade regular do Estado. Sob essa perspectiva, por exemplo, o assassinato de Marielle Franco e Anderson é entendido como uma “evidente afronta” ao Exército, com o general Braga Netto tendo sido “humilhado” pela audácia dos autores do crime. Ainda sob essa perspectiva, a ampliação do poder das milícias poderia, num cenário hipotético, ser entendida como uma ameaça ao monopólio da violência estatal, na formulação clássica de Weber.

Em sentido oposto, Duarte questiona o quanto o “crime organizado” – concorreria com o Estado, surgindo fruto de sua “ausência”. Na realidade, essas organizações heterogêneas do mercado criminal seriam fruto da ação do Estado, que em suas bordas pluraliza autoridades regulatórias por diferentes métodos, “jurisdições” e códigos de comportamentos, apesar da lei. Seria justamente nessas margens que práticas ilegais do Estado – como tortura, execução sumária, desaparecimento, ocultação de cadáveres - podem operar como parte da política de segurança pública e de manutenção de uma ordem interna nas relações entre classes. Dessa maneira, a atuação das milícias não representa uma “afronta” estrutural à autoridade estatal. Pelo contrário, pode ser entendida como uma força auxiliar, cumpridora do trabalho sujo da violência estatal.

No início do governo Bolsonaro, o monopólio da força do Estado como objeto de disputa entre as forças militares e milicianas foi uma hipótese levantada por um conjunto de intelectuais, incluindo os autores deste texto. É forçoso reconhecer que isso não ocorreu, o que tem impactos na compreensão da conjuntura e mesmo em termos teóricos, uma vez que os modelos de controle civil sobre a força dedicam-se exclusivamente às forças armadas, e não ao controle sobre a violência em sentido lato (instituições e armamentos).

Cabe destacar que a literatura em geral trata de forma genérica “policiais”, “forças policiais”, “agentes armados do Estado”, “forças de segurança”, sem apontar distinções entre as organizações militares (polícia militar, bombeiros militares, Exército, Marinha, Aeronáutica) e organizações civis do Estado destinadas à segurança pública. Em verdade, a expansão do poder do Exército sobre as instituições de segurança pública após 1930 manteve todo esse agrupamento organizacional e institucionalmente militarizado, mas há níveis significativamente distintos de adesão à lógica miliciana e à lógica bolsonarista. Segundo a pesquisa Atlas (2021), apenas 20% dos policiais civis aprovavam o governo Bolsonaro,

Relatório dos Direitos Humanos no Brasil

enquanto o percentual dos militares estaduais saltava para 50%. Por sua vez, na mesma pesquisa, apenas 2% de Policiais Civis se manifestaram abertamente a favor de uma ditadura – já entre os militares estaduais, 27% revelaram sua predileção autoritária para o regime político.

Há também que se problematizar o entendimento da cultura miliciana como uma continuidade da “linha-dura” e dos “porões da ditadura”, em contraposição a segmentos militares “brandos”. As tensões entre diferentes grupos militares na disputa pelos rumos do governo jamais redundaram no rompimento de uma profunda coesão ideológica. Como indicam memorando sigiloso do diretor da CIA, em 11 de abril de 1974, para o secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, o ditador Geisel e a cúpula militar do governo decidiram continuar com as execuções sumárias contra “subversivos perigosos, sob certas condições”. Naquele ano, segundo o general Milton Tavares de Souza, chefe do Ciex de Médici, 104 brasileiros haviam sido executados sumariamente, no bojo dos “métodos extralegais” destinados a inimigos. Logo, o terrorismo de Estado obedecia a uma cadeia hierárquica que tinha em seu topo o general escolhido entre seus pares naquele momento. É claro que problemas disciplinares nessa hierarquia existiam, mas essas punições jamais se referiram à prática de terrorismo de Estado. Nem ontem, nem hoje, conforme as notícias que tratam de uma das áreas de reserva de domínio que as forças armadas mantiveram com a transição: o judiciário militar.

Um parêntese importante quanto ao tema: tanto os militares federais (forças armadas) quanto os militares estaduais (Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares) estão submetidos ao código penal militar e ao código de processo penal militar, aplicados pela Justiça Militar (primeira instância) e pelo Superior Tribunal Militar (segunda instância). Não raras vezes, é esse corpo judicial formado por 2/3 de oficiais militares que assegura o “respaldo jurídico” para os produtos criminais das milícias, de abusos de autoridade e de graves violações de direitos humanos. O projeto de lei que prevê o excludente de ilicitude nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem torna o cenário ainda mais opaco. Analisar empiricamente o papel desse judiciário não só na cultura miliciana, mas no governo tirânico das periferias parece fundamental e uma lacuna importante a ser preenchida.

Para além da “retaguarda jurídica”, é necessário analisar a dimensão da justificação moral/ideológica. As milícias até muito recentemente riscavam uma clara linha moral: a defesa do ‘cidadão de bem’, aversão ao comércio de drogas ilícitas, cristianismo conservador combinado com valores capitalistas (como lucro e felicidade individual), e a violência enquanto

Relatório dos Direitos Humanos no Brasil

método para o disciplinamento local. Como sugere Manso, enquanto na época da ditadura se lutava “pela defesa da pátria”, a polícia teria passado “a matar além do limite em nome do ‘cidadão de bem’”.

Aliás, essa autonomia moral com respaldo institucional é própria da formação histórica da organização militar no Brasil. A tortura era admitida no processo penal militar até meados de 1910 (Código de Lipe). É, no mínimo, historicamente controverso presumir que “as táticas de violência e tortura policial foram replicadas e aperfeiçoadas nos porões da ditadura, aproximando das Forças Armadas a banda podre da polícia” (Manso, 2020, p.122). Como Manso menciona, a prática de extermínio como política informal de segurança pública no meio urbano se remete à 1957, justamente quando um general do Exército - Amaury Kruehl - era o chefe de polícia do Distrito Federal (atual cidade do Rio de Janeiro). Neste prelúdio, os empresários dos jogos de azar passaram a ser integrados no sistema de informações, tudo nas margens e como parte informal do Estado. Quase quarenta anos depois, a “gratificação faroeste” (aumento de até 150% na remuneração para aqueles militares estaduais que matassem mais em serviço) e as promoções por bravura (em “combates” contra o crime) foram instituídas justamente quando um general do Exército - Nilton Cerqueira - estava à frente da Secretaria de Segurança Pública (RJ).

Aqui, aponta-se outra lacuna geral dos estudos sobre milícias, o impacto da hierarquia militar para angariar adesão ampla dos membros da instituição à projetos políticos de seus membros, sejam da ativa ou da reserva, assim como protegê-los em caso de punições. Dito de outra forma, até que ponto a cultura milicianiana não é um subproduto da cultura militar brasileira, sobretudo de suas organizações e instituições? E das relações de poder historicamente construídas com oligarquias regionais e internacionais?

É nessa direção que caminham as hipóteses que articulam interesses instrumentais e organizacionais para explicar a “volta dos militares” à política, que tem como subproduto a eleição de Bolsonaro. Variada gama de intelectuais têm se debruçado a formular interpretações centradas no ativismo militar, dentre os quais destacamos a noção de Partido Militar – uma organização de lideranças militares para fazer política dentro e fora da organização.

Marcelo Pimentel (2020), tenente-coronel do Exército que foi para a reserva em 2018, aponta que dos 17 generais-de-exército da reunião do Alto Comando que debateu, em fevereiro de 2016, a deposição institucional da presidente, 15 estão engajados na política, em sua maioria no governo Bolsonaro: um vice-presidente, quatro ministros de estado, um ministro do

Relatório dos Direitos Humanos no Brasil

Superior Tribunal Militar, um embaixador, três presidentes de empresas estatais, um presidente de fundo de pensão estatal, um secretário de segurança pública, três secretários-executivos ou similares. Em números, 88% do Alto Comando do Exército de 2016 está na política. É esse grupo de generais que, utilizando a posição de comando da instituição militar, instrumentaliza politicamente a mesma e dirige Bolsonaro nas principais questões estratégicas e em momentos de crises. No enquadramento de Pimentel, esse Partido Militar reuniria “memória histórica e vocação institucional; base ideológica; pautas de interesse coletivo e corporativo específico; direção ‘partidária’ encarregada da distribuição de poder; controle do governo em direção, sentido e intensidade; quadros ‘partidários’ – formação de lideranças; e base eleitoral e militante” (2021, p. 128). Como o “a palavra convence e o exemplo arrasta”, a liderança organizada de generais na política estaria engajando os militares em geral a um grupo político de natureza hegemônica - o partido militar.

Piero Leirner (2020) não emprega o termo partido militar, mas identifica um grupo seletivo de generais, com formação em forças especiais e operações psicológicas, que se engajou na “guerra híbrida” adaptada para o contexto brasileiro, num processo que dissolve as fronteiras entre as ciências políticas e militares. Para Leirner, operacionalmente este grupo de generais “articulou certos procedimentos, visões, e viabilizou uma movimentação do conjunto da tropa” (2021, p.79) ao menos desde 2013.

Nessa busca por compreender os militares e o governo Bolsonaro, uma terceira abordagem sobre o partido militar é a de Ana Penido e Suzeley Kalil, inspirados na formulação de Oliveiros Ferreira sobre o partido fardado. Esse olhar tem como hipótese que o Partido Militar não tenha, de fato, “morrido” depois da ditadura, mas apenas hibernado em sua cíclica “crise de identidade”, se reorganizando e acumulando forças, até voltar à cena. Com existência e organicidade similar a um partido de tipo gramsciano, esse partido teria se reengajado politicamente em função – dentre outros fatores – dos megaeventos esportivos (Copa do Mundo e Olimpíadas), as Missões de Paz, as Operações de Garantia da Lei e da Ordem e, periféricamente, a Comissão Nacional da Verdade.

O Partido Militar (PasM) une as diferentes vontades individuais em um discurso coletivo partidário fortemente ideológico e, para isso, cuida da educação política dos seus quadros. Não é monolítico, ou homogêneo, mas é bastante coeso. O partido representa os interesses corporativos, priorizando políticas públicas e a ocupação de cargos pela sua própria base, mas também participa, direta ou indiretamente, de eleições e interpreta a Constituição

Relatório dos Direitos Humanos no Brasil

segundo seus interesses, desejando massificar na sociedade seus entendimentos sobre o país. Seu núcleo duro é permanente, e não ocasional ou reflexo de regimes políticos, sendo responsável por estabelecer alianças e fazer articulações políticas que, em algum momento, aumentam seu poder. Seus aliados principais, e a ele subordinados, são aqueles oriundos das forças de segurança (policiais, bombeiros, militares reformados, ex-funcionários de empresas de segurança privada etc.) filiados a distintos partidos políticos, especialmente aqueles classificados à direita no espectro político. A estrutura organizativa do ParM repete a das FA, baseada na hierarquia e disciplina, e se aproveita de estruturas estatais para o seu funcionamento. Por isso, é um partido com alta disciplina partidária e processos decisórios simples e hierarquizados, comandado por generais de Exército que transmitem suas opiniões políticas ou ocupam estruturas partidárias de cima para baixo, numa lógica piramidal. Generais da reserva desfrutam de especial protagonismo por deterem maior liberdade de ação. O ParM transfere para a política raciocínios de guerra e paz, amigo e inimigo, o que impacta profundamente o sistema político. Por fim, diferente de qualquer outro partido político, o ParM mantém relações diretas com a força das armas. (Penido, Kalil, 2021, p.21)

Cabe apontar um efeito colateral negativo do uso do termo: a naturalização da ideia de que militares poderiam construir representações partidárias como outros segmentos sociais – trabalhador vota no Partido dos Trabalhadores, militar vota no Partido Militar. Esses autores trabalham ainda com a ideia de que o partido militar dita a política para os demais setores de segurança que se politizaram – o partido fardado – e influencia um círculo mais amplo militarizado da sociedade, mas que não pertence a instituições formais, como os CACs e as milícias.

Uma das possibilidades metodológicas para avaliar essa hipótese é a ocupação de cargos de confiança no governo. Considerando um amplo espectro de instituições da organização militar no Brasil – Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícias Militares e Bombeiros Militares – a distribuição desses cargos entre membros dessas instituições, com recortes de patentes, é fundamental para compreender a relação entre o governo Bolsonaro e as forças armadas, assim como com as demais instituições militares e civis destinadas à segurança pública nos dois níveis, todos apontados como base social do “bolsonarismo” no interior do Estado. Ademais, levando em conta que as milícias cariocas são formadas em sua maioria por militares estaduais e policiais civis do Rio de Janeiro, foi possível testar empiricamente a hipótese da “república das milícias”. Por fim, um diagnóstico dessa ocupação também

Relatório dos Direitos Humanos no Brasil

questiona a hipótese de sequestro das forças armadas e das PM's por Bolsonaro e, por consequência, das milícias cariocas.

Dos atuais 2.930 militares da ativa das forças armadas em cargos de confiança, dos 8.450 militares da reserva das forças armadas em cargos de “tarefa de tempo certo” e dos militares que ocupam 61% das estatais (controle direto ou indireto) no governo Bolsonaro, afinal, quem manda e quem obedece?

Os dados analisados por Penido e Kalil (2020) indicam um predomínio do oficialato das forças armadas, sobretudo do Exército, nos principais cargos de confiança no governo. Segundo dados fornecidos pelo ministério da Casa Civil em 2020, a “cozinha do Planalto” (Casa Civil, Secretaria de Governo, Secretaria de Assuntos Estratégicos, Secretaria Geral da Presidência da República, Gabinete Pessoal do Presidente da República e Gabinete de Segurança Institucional) conta com 341 militares e “forças de segurança” em altos cargos de confiança. Destes, em cada 10, 8 são militares das forças armadas. Da mesma forma, apenas 2 dos 8 em cada 10 militares no núcleo íntimo do governo são praças, o que revela um predomínio do oficialato, e não das baixas patentes em torno de Bolsonaro. Além disso, dos 2 em cada 10 militares no governo que são vinculados às “forças de segurança”, a ampla maioria advém da PM do Distrito Federal, e não da do Rio de Janeiro, base miliciana e que conta com apenas um militar nessa “cozinha”. Diferente do que ocorre com os militares das forças armadas, 42% dos militares da PM são praças e não há nenhum Coronel ou Tenente-coronel. Por fim, nenhum comissionado é da Polícia Civil. Por enquanto, os dados indicam que o partido militar assume uma posição de direção diante de outros agrupamentos do partido fardado, incluindo aí a polícia militar carioca.

Nessa relação orgânica, ainda pende de explicação as relações entre dois grupos aparentes, militantes do mesmo Partido Militar. De um lado, Heleno, Ramos, Mourão e Braga Netto formam o núcleo dirigente e hegemônico do governo Bolsonaro. De outro, Etchegoyen, Santos Cruz, Rego Barros e Rocha Paiva se movem em sentido alternativo. Os dois grupos comungam ideologicamente, mas aparentam divergir na política de alianças, análise conjuntural, e táticas a serem adotadas. Em ambos, as motivações para o engajamento podem variar entre conveniência (turma da boquinha), conivência (mal menor) e inércia (seguem a maioria), neste caso se constituindo em militares militantes políticos. Seja na cúpula ou na base, pairam incógnitas como: qual o programa político desse partido? Até que ponto ele é autônomo

Relatório dos Direitos Humanos no Brasil

e distinto das organizações militares estaduais? Assenta-se também uma certeza: militares voltaram para o poder com a intenção nítida de nele permanecer.

Por fim, uma questão importante que também demanda maiores investigações empíricas. Esses militares militantes representariam um objetivo político institucional, ainda que fabricado por métodos históricos conhecidos - falsas informações e ameaças imaginárias para gerar coesão interna. Em termos claros, quais os objetivos estratégicos institucionais estão sendo perseguidos e implicam na adesão do Comando das Forças ao governo? Primeiro, isso implica em testar a hipótese de que a instituição aderiu ao governo, ainda que indiretamente e sob as condições de uma aliança com outros “centros de poder”. Segundo, saber qual é a política “do” Exército que orientou essa adesão. Afinal como deixou claro Mourão, “O Exército não é apolítico, é partidário. O Exército tem de fazer política. Óbvio que a política em torno dos interesses nacionais e, em particular, dele, do Exército” (Folha de S. Paulo, 2021). Seriam as “entregas” de Bolsonaro para esse setor - como o aumento orçamentário, a reforma da previdência e reestruturação da carreira, a criação de novas estatais militares, o novo campus da ESG, a nova escola para doutrinação civil (Escola Superior de Defesa), o acordo militar com os EUA e novo status na Otan – os atuais objetivos nacionais da instituição militar? Ou ainda, o atual pensamento político dos militares brasileiros permanece herdeiro da Guerra Fria (agora reeditada entre EUA e China) identificando como ameaças políticas o nacional-trabalhismo, como ameaça cultural o “politicamente correto”, e como ameaça social a politização das desigualdades.

A verdade é que são muitas as incógnitas, e poucos os estudos empíricos. Entretanto, considerando a formação histórica dessas relações e os elementos conjunturais disponíveis hoje, é possível apontar três cenários no âmbito militar prováveis para a próxima década. O primeiro é que a expansão de poder da organização militar no Estado brasileiro será mantida, desestabilizando a já insuficiente democracia. O segundo, é o recuo da expansão desse poder militar para os níveis do governo Temer, mantendo o *deep state* militar na presidência (GSI) e o controle da inteligência civil pelas forças armadas, além da nunca civilianizada política de defesa. O terceiro, o menos provável: sem GSI, com uma inteligência civil desmilitarizada, redução drástica das operações de Garantia da Lei e da Ordem e outras formas de atuação militar domésticas, e aumento do interesse na elaboração e fiscalização da política de defesa e da política militar por parte do Congresso e da opinião pública.

Relatório dos Direitos Humanos no Brasil

Outros cenários são possíveis e, do ponto de vista democrático, necessários. Nesse sentido, partindo das regras do jogo, uma política militar que revise valores, tradições e comportamentos da organização militar no Brasil se mostra fundamental para a sobrevivência de um governo democrático, de um estado democrático e de um regime político democrático. No primeiro quesito, o Brasil é principiante. Nos demais, uma promessa.

REFERÊNCIAS

MANSO, Bruno Paes Manso. A república das milícias: Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2020.

DUARTE, Thaís Lemos. Facções criminais e milícias: Aproximações e distanciamentos propostos pela literatura. BIB, São Paulo, n. 90, 2019 (publicada em setembro de 2019), pp. 1-16.

LERNER, Piero. Da campanha à conquista do Estado: os militares no capítulo da guerra híbrida brasileira. Em: MARTINS FILHO, João Roberto. Os militares e a crise brasileira. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2020.

PIMENTEL, Marcelo. “A palavra convence e o exemplo arrasta”. Em: MARTINS FILHO, João Roberto. Os militares e a crise brasileira. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2020.

PENIDO (O.), Ana A.; MATHIAS, Suzeley K. Ação política do Partido Militar no Brasil sob Bolsonaro. Anuário Latino americano de Ciências Políticas y Relacionais Internacionales, v.11, p.63-82, 2021.

PENIDO (O.), Ana A.; MATHIAS, Suzeley K.. Pensando a educação de militares na democracia. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). Os militares e a crise brasileira. 01ed.: Alameda, 2021, v. 1, p. 219-240.

Relatório dos Direitos Humanos no Brasil

PENIDO (O.), Ana A.; LENTZ, Rodrigo. O partido militar e as FFAA no governo Bolsonaro – Parte III. Tricontinental, 22jun2020.

PENIDO (O.), Ana A.; MATHIAS, Suzeley K.; RODRIGUES, Jorge. As Forças Armadas no governo Bolsonaro. Tricontinental, 14abr2020.